

CAFÉ, IMIGRAÇÃO E URBANIZAÇÃO NO INTERIOR PAULISTA

Henry Marcelo Martins da Silva¹

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo apreender os impactos do processo conhecido como *Grande Imigração* na composição da sociedade paulista nos séculos XIX e XX, bem como discutir o papel do imigrante no processo de desenvolvimento econômico e urbanização das regiões interioranas do Estado, especialmente em São José do Rio Preto, que apresentou um intenso processo de crescimento e desenvolvimento econômico no período, em grande medida devido à presença de uma enorme massa de estrangeiros que rumavam para as terras do café. A partir de fontes tais como censos populacionais, relatórios de companhias ferroviárias, e almanaques locais, pretendemos apreender o imigrante como um importante agente no processo de construção urbana do sertão paulista.

Palavras-chave: economia cafeeira; imigração; crescimento populacional; construção urbana

ABSTRACT

This study aims to apprehend the process impacts known as the Great Migration in the composition of São Paulo society in the nineteenth and twentieth centuries, as well as discuss the immigrant's role in the process of economic development and urbanization of the interior regions of the state, especially in San Jose Rio Preto, which showed an intense process of economic growth and development in the period, largely due to the presence of a huge mass of foreigners who were heading for the coffee grounds. From sources such as population census, railways reports, and local almanacs, we intend to seize the immigrant as a major player in urban construction process of São Paulo's hinterlands.

Keywords: coffee economy; immigration; population growth; urban construction

O PROCESSO IMIGRATÓRIO E A TRANSFORMAÇÃO DA POPULAÇÃO DE SÃO PAULO

A população brasileira, após períodos de quase estagnação com lento crescimento populacional, teve, a partir de meados do século XIX, constante aceleração em sua evolução demográfica. De pouco mais de 14,3 milhões de habitantes em 1890, o país atinge a marca dos 18,1 em 1900, quando, nas décadas seguintes, apresenta os maiores índices de crescimento registrados até então, aumentando sua população para 27,2 e 41,2 milhões de indivíduos, respectivamente, em 1920 e 1940 (HUGON, 1973, p. 40).

¹ Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista-UNESP, Professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-UFMS, Coordenador do Grupo de Pesquisa **História, Cultura e Sociedade**. e-mail: henrymmsilva@gmail.com.

O Estado de São Paulo, fracamente povoado, continha a maioria de sua população habitando áreas próximas ao litoral, limitadas pelos precários meios de transporte, cuja ineficiência deixava praticamente isolado qualquer núcleo de povoamento que se encontrava fora de uma pequena área próxima à capital.

No entanto, no decorrer do século XIX, a então Província de São Paulo começa a apresentar crescimento de sua população; dos mais de 417.100 habitantes registrados em um relatório ao vice-presidente da província de São Paulo em 1854, São Paulo tem dobrada sua população em vinte anos, com o número de 837.354 habitantes segundo o Recenseamento Geral de 1872.

O grande crescimento demográfico das décadas do final do século XIX, expresso pelos números do Recenseamento de 1900, que aponta a população de São Paulo com 2.279.608 habitantes, é seguido por constantes índices de aumento populacional registrados nos censos das décadas seguintes. Tais contagens demonstram a constante evolução do número de habitantes da província, relacionados em 4.592.188 para o ano de 1920 e 7.180.316 para 1940 (CAMARGO, 1952, p. 20/21).

Tal incremento da população é acompanhado por uma grande diversificação qualitativa, que é em parte explicada pelo declínio da escravatura. As leis imperiais que limitaram o cativo em 1850, 1871 e 1885 foram acompanhadas por uma campanha abolicionista esporadicamente intensa, queda demográfica e crescente agitação entre os escravos, o que culminou na libertação geral dos escravos com a Lei Áurea, assinada em 13 de Maio de 1888.

O fim da escravidão provocou sérios problemas em várias regiões econômicas do país, e obrigou os agricultores paulistas a encontrar alternativas de mão-de-obra para a crescente cultura cafeeira, que agora penetrava nas terras do interior da província e necessitava de cada vez mais mão-de-obra para a lavoura. A solução encontrada foi a importação de trabalhadores estrangeiros, primeiramente do norte da Europa (principalmente Itália), e depois de outros lugares como da Europa Oriental, Espanha, Japão e Oriente Médio. O processo ficou conhecido por "Grande Imigração", e durou das duas últimas décadas do século XIX até as três primeiras do século XX.

Mesmo antes da emancipação, o trabalho assalariado livre não era uma completa anomalia nas fazendas de café de São Paulo; já em 1850, um censo de 2.600 fazendas de café na Província mostrou que a força de trabalho possuía mais de 10% de trabalhadores

livres (versus 4% de trabalhadores livres nas 667 fazendas de cana-de-açúcar investigadas na mesma época.) (ANDREWS, 1988, p. 94).

As pressões dos movimentos abolicionistas provocaram uma redução no número de escravos e a conseqüente alta no preço, tornando inviável, desde aquele período, a manutenção de tal sistema de produção. A primeira tentativa no sentido de se trazer estrangeiros para o café foi a do Senador Vergueiro, em 1834, que trouxe um grupo de imigrantes para sua fazenda em Limeira – SP, destinados a trabalharem no sistema de parceria².

Esse sistema de trabalho demonstrara desvantagens, em relação à demora para o recebimento do produto líquido, efetivado apenas após meses de trabalho, à relação direta do preço recebido pelo volume e as oscilações do mercado mundial, e até pela oneração por dívidas, o que prendia o imigrante ao fazendeiro³.

Nessa conjuntura, o trabalho assalariado competindo com o trabalho escravo, o sistema de parceria fracassa, chegando ao fim por volta de 1870, quando foi substituído pelo sistema de empreitada. O colonato garantia o pagamento fixo pelo número de pés de café cuidados e um preço fixo pelo volume de café colhido.

Logo, instalou-se intenso debate acerca da substituição da mão-de-obra na cultura cafeeira, e os fazendeiros com o auxílio dos governos provincial e imperial, optaram pela importação de trabalhadores europeus em detrimento da mão-de-obra nacional disponível (caipiras, caboclos, escravos alforriados), insuficiente no período⁴.

Inicia-se então uma nova fase na história da imigração e, conseqüentemente, na questão da mão-de-obra. Com o apoio governamental e por meio de uma política de subsídios, aliados às novas condições de trabalho, agora quase que totalmente baseado em trabalho livre e no sistema de colonato, a imigração tomará novos rumos, respondendo às exigências da oligarquia cafeeira paulista⁵.

² Vergueiro recebeu em 1847 o montante de 423 colonos alemães para trabalhar no sistema de parceria, onde o “... colono recebia uma extensão de cafeeiros para a cultura, colheita e melhoramentos; participava na proporção da quantidade que colhesse. Após a venda do café, o fazendeiro recebia metade do lucro líquido e o colono a outra metade”. (BEIGUELMAN, 1978. p. 82/83).

³ Sobre as desvantagens do sistema de parceria ver HOLLOWAY, 1984.

⁴ Para Octávio Ianni foram poucas as possibilidades de aproveitar a mão-de-obra livre existente no país. “A mobilização dos trabalhadores nacionais, dispersos nas faixas de economia de subsistência, não pôde realizar-se. Ou talvez tenha ocorrido numa escala muito reduzida, insuficiente para satisfazer a demanda. (...) A escravaria deslocada das outras províncias para São Paulo não foi suficiente para atender à procura de braços. Em suma, a economia de subsistência de maneira geral estava de tal forma dispersa que o recrutamento de mão-de-obra dentro da mesma seria tarefa bastante difícil e exigiria grande mobilização de recursos”. IANNI, O. O progresso econômico e o trabalhador livre. In: HOLANDA, 1976. p. 307.

⁵ Como explica PRADO JUNIOR (1984, p. 189), “... esse processo de recrutamento e fixação dos

A adoção do trabalho livre nas fazendas cafeeiras paulistas fez com que, a partir do último quartel do século XIX, São Paulo recebesse grandes levas de imigrantes de vários países e continentes, num verdadeiro movimento de massa, o que alterou profundamente a composição e a distribuição da população do Estado. Datam desse período as maiores transformações sociais e econômicas por que São Paulo passou, efetivando-se a partir da implementação da cultura cafeeira baseada no trabalho livre, que se refletia na proliferação de núcleos populacionais no interior, que tinham no café a principal fonte de sustento e apresentavam forte influência imigrante.

As chegadas anuais de imigrantes eram em média inferiores a 6.000 indivíduos no período de 1882 – 1886, mas com o estabelecimento de certas bases como a Sociedade Promotora de Imigração⁶, a alocação de subsídios para transporte e a construção da Hospedaria do Imigrante⁷ – imprescindíveis para o sistema de alocação de mão-de-obra imigrantes do período -, a imigração elevou-se para mais de 32.000 em 1887 e quase 92.000 em 1888.

Tabela I – Imigração para São Paulo (1890 – 1934).

Ano	Imigração		Ano	Imigração
1890	38.291		1915	15.614
1895	136.142		1920	31.854
1900	21.038		1925	57.429
1905	45.839		1930	30.924
1910	39.486		1934	30.757

Fonte: HOLLOWAY, 1984, p. 265.

Aparece entre 1887 e 1900 um primeiro período de forte imigração: São Paulo recebeu então 884.883 imigrantes, sendo que o ano recorde foi o de 1895, com 136.142 entradas. Nos dez primeiros anos do século passado, a baixa do café provocou sensível diminuição de ritmo, que cresce novamente quando da proximidade da *Primeira Grande Guerra*; entre 1911 e 1913 contaram-se 276.788 imigrantes, 116.640 em 1913, tornando-se esse o ano recorde de entradas do século passado.

Com o início da guerra, e a conseqüente crise na economia cafeeira pela quase paralisação do mercado mundial, a intensidade de chegadas cai, mas tão logo a situação volta à normalidade, o fluxo aumenta novamente; na década de 1920, os níveis de

trabalhadores passou a ser denominado 'imigração subvencionada', reservando o nome 'colonização' ao primitivo sistema de localização dos imigrantes em pequenas propriedades agrupadas em núcleos".

⁶ Criada em 1886 (substituindo a então Sociedade Auxiliadora de Colonização), constituía-se num grupo de cidadãos privados, contratados pelo governo provincial para administrar uma agência sem fins lucrativos com o propósito de recrutar, transportar e distribuir mão-de-obra imigrante. Ver HUTTER, 1972, p. 29.

⁷ Sobre a Hospedaria do Imigrante, ver HOLLOWAY, 1984, p. 85/86, e HUTTER, 1972, p. 77-91.

imigração aumentaram - paralelamente ao aumento do preço do café – até a *Grande Depressão*; nesse período entraram em São Paulo 518.003 imigrantes. Novamente estabilizado o comércio de café, com o passar da crise, elevam-se os índices imigratórios, mantendo-se o ritmo até fins da década de 1920.

A partir de 1930, o movimento imigratório se encontra drasticamente reduzido, com os efeitos da abolição da imigração subvencionada em 1927, e a superprodução com a crise de 1929. Na década de 1930 o fluxo diminui com a política de restrição imposta pelo governo⁸.

Há muito identificados com a imigração para São Paulo, os imigrantes italianos constituíam o maior grupo de uma mesma nacionalidade, representando 46% de todos os imigrantes entrados no período de 1887-1900. Sua presença é mais significativa num primeiro momento da economia cafeeira, durante a transição para o trabalho livre e do subsequente surto cafeeiro, predominando a imigração com 73% de todas as chegadas do período.

As péssimas condições dos imigrantes em São Paulo, aliadas aos relatos desolados de alguns imigrantes retornados a Itália, que reforçavam os já negativos informes consulares, culminaram na emissão do *Decreto Prinetti* em 1902, que proibia a imigração subsidiada para o Brasil (PETRONE, 1978, p. 72).

Embora as restrições do Decreto fossem burladas com a distribuição de passagens gratuitas nos portos, e apesar dos imigrantes que pagavam suas próprias passagens continuarem emigrando a vontade, o volume de entrada de italianos diminui drasticamente a partir do início do século XX; sua proporção é de 26% dos estrangeiros chegados no período de 1901-1930.

Com as limitações à importação de italianos com passagem subsidiada, os cafeicultores paulistas redirecionam os focos de busca de mão-de-obra. Outras regiões que antes forneciam pouca quantidade de trabalhadores ao Brasil têm intensificada sua corrente imigratória.

Ao analisar os dados fornecidos pela tabela II, percebe-se a diminuição da proporção de italianos em relação à entrada de outras nacionalidades a partir do século XX; de 1901 a 1930 a distribuição de nacionalidades foi mais diversificada.

⁸ “Em dezembro de 1930 Getúlio Vargas emite um decreto que impunha uma limitação à imigração, procurando disciplinar a afluência desordenada de estrangeiros, que seria responsável pelo desemprego verificado entre as populações urbanas.” (PETRONE, 1978, p. 97).

Tabela II – *Entrada de imigrantes no Brasil por nacionalidades.*

Anos	Total	Alemães	Espanhóis	Italianos	Japoneses	Portugueses	outros
1897	144.866	930	19.466	104.510	-----	13.588	6.402
1913	190.333	8.004	41.604	30.866	7.122	76.701	26.556
1930	62.610	4.180	3.318	4.253	14.076	18.740	18.143
1940	18.449	1.115	409	411	1.268	11.737	3.469

Fonte: HUGON, 1973, p. 99/100.

Constituindo apenas 11% do total de imigrantes até 1900, o contingente espanhol aumenta sua proporção para 22% no período seguinte. Percebe-se ainda o aumento no fluxo de imigrantes de outros países, como Portugal, que foi responsável pelo fornecimento de 23% das entradas deste século, e de outras nacionalidades como os japoneses, alemães, árabes e outros, que representaram 28% do contingente estrangeiro entrado em São Paulo de 1901 a 1930.

Ao analisar o crescimento da população no Estado de São Paulo, José Francisco de Camargo ressalta uma distribuição irregular dos imigrantes e trabalhadores pelas diversas regiões, notando-se a preferência do encaminhamento, nas primeiras duas décadas do século XIX, para as zonas produtoras mais prósperas como a Mogiana e a Baixa Paulista, sendo que nas duas décadas seguintes, a maioria se dirigia para as zonas novas, como a Araraquarense, Noroeste, Alta Paulista e Alta Sorocabana. Para estas se dirigiu mais da metade do elemento estrangeiro de 1901 a 1940 (CAMARGO, 1952, p. 131).

O número de estrangeiros no Estado de São Paulo, em 1920, era de 829.851, elevando-se a 933.059 em 1934, e reduzindo-se a 761.991, em 1940. Em 1920, abrangia a população estrangeira 18,1% do total, quase a quinta parte. Em 1934 este índice cai para 14,5%, e em 1940 representa aquela pouco mais que a décima parte do total.

CAFÉ, IMIGRANTES E URBANIZAÇÃO

A importância do café na estruturação do urbano paulista é provavelmente bem conhecida, particularmente no que diz respeito às origens da indústria e dos segmentos sociais urbanos na capital. Também no que se refere ao restante do Estado, esse papel tem sido recorrentemente enfatizado.

Em qualquer ensaio ou relato deste período, são evidentes os nexos entre as transformações no mundo rural e nas cidades; discutindo a imigração, as ferrovias, o avanço da marcha pioneira ou as transformações nas indústrias, as cidades estão sempre

presentes, o que é particularmente verdade na região de São José do Rio Preto, em que a ocupação cafeeira se acelera na segunda década do século passado, já no contexto de trabalho assalariado, em que a vida urbana pretérita (anterior à economia cafeeira) é irrisória. Aqui, como em quase todo território paulista, a economia cafeeira desenharia um panorama muito distinto.

O que diferencia largamente a urbanização promovida pela acumulação cafeeira em bases capitalistas, é que a própria dinâmica de reprodução do capital cafeeiro induz crescentemente um segmento urbano dessa economia. Nas palavras de Cardoso de Mello:

“...o capital cafeeiro é, ao mesmo tempo, agrário, industrial e mercantil, e que convém pensar num complexo exportador cafeeiro, integrado por um núcleo produtivo, que inclui as atividades de beneficiamento, e por um segmento urbano, que acolhe os serviços de transportes (estradas de ferro, portos, etc.), as atividades comerciais (casas importadoras e exportadoras) e financeiras (bancos). Deste ponto de vista a acumulação cafeeira é em grande medida, acumulação urbana, que absorveu boa parte da força de trabalho imigrante e exigiu a importação de meios de produção (trilhos, materiais de construção, equipamento ferroviário e portuário, etc.)”. (MELLO, 1989, p. 128/129).

A ideia não representa, porém, que os ciclos econômicos anteriores não tenham marcado significativamente os rumos da urbanização em São Paulo. É certo que os caminhos coloniais influíram sobre os destinos de muitas vilas, que a pecuária acabou por determinar formas de incorporação do território paulista, que as culturas do algodão e particularmente do açúcar, acabariam por legar uma estrutura urbana mínima para a economia cafeeira, da mesma forma que o café escravista concorreu para uma certa organização territorial da economia e das cidades.

O que cumpre ressaltar é a natureza restrita desse processo, que se evidencia com clareza quando acompanhamos a cidade de São Paulo no século XIX. Mesmo com todos os melhoramentos derivados da condição de Capital da Província, a partir de 1922, a cidade de São Paulo ainda era, em 1860, “... *uma cidade relativamente insignificante. Doze anos depois, em 1872, ela ocupava apenas o décimo lugar entre as cidades brasileiras, superada, entre outras, por Niterói, Fortaleza, Cuiabá e São Luís*” (SINGER, 1977, p. 20).

Nesse processo, a urbanização - entendida como expressão da divisão social do trabalho entre o campo e a cidade - está intimamente relacionada com a diversificação do próprio complexo cafeeiro, com o crescimento da indústria (beneficiamento, sacarias, etc.), com as ferrovias, com a diversificação agrícola, etc. Wilson Cano analisa esse processo da seguinte forma:

"A medida que a atividade nuclear se ampliava, passou a induzir, crescentemente, o surgimento de uma série de atividades tipicamente urbanas, como a industrial, a bancária, escritórios, armazéns e oficinas de estradas de ferro, comércio atacadista, comércio de exportação, importação e outros, requerendo e facultando, ainda, a expansão do aparelho do Estado. No momento em que estas crescem, uma série de outras, mais vinculadas ao processo de urbanização, também se desenvolveriam: o comércio varejista, os transportes urbanos, comunicações, energia elétrica, construção civil, equipamentos urbanos, etc. Quanto mais avançava esse processo mais independentes se tornavam todas essas atividades, gerando uma intrincada rede de conexões econômicas, financeiras e de serviços" (CANO, 1981, p. 69).

É nesse contexto, de um capital cafeeiro predominantemente mercantil - financeiro, cuja reprodução amplia progressivamente a divisão social do trabalho e impõe o crescimento do seu segmento urbano, que a imigração com destino às cidades ganha sentido.

"A imigração em massa sobrepassou as necessidades do complexo exportador cafeeiro, que dizer, permitiu a reprodução do capital cafeeiro no núcleo produtivo e no segmento urbano e, ainda 'depositou' nas cidades um 'excedente' de força de trabalho, de modo que o capital cafeeiro cria, ele próprio, as condições de reprodução do capital dinheiro excedente" (MELLO, 1989, p. 145).

É certo que o crescimento da lavoura cafeeira de São Paulo na última década do século XIX teria sido impossível sem o influxo de mão-de-obra imigrante, uma vez que ao iniciar-se a política imigratória, o campesinato brasileiro, incluindo muitos ex-escravos e sertanejos mestiços, estava relegado a uma posição marginal na economia regional. Os brasileiros, após a abolição, trabalhavam como diaristas, carreteiros, e empregados domésticos, mas geralmente não como trabalhadores nos cafezais (HOLLOWAY, 1984, p. 103).

Uma vez que as necessidades de trabalhadores da lavoura nunca declinaram, tal movimento abria posições para outros imigrantes e migrantes, e havia uma contínua necessidade de trabalhadores, mesmo durante os períodos em que a lavoura cafeeira pouco se expandia. A formação de fazendas tornou-se um grande negócio, durante mais de um século clamou-se pela falta de braços mesmo durante a crise de superprodução ou de baixa de preços do café, que na realidade não passava de um meio de pressão para obtenção de subsídio para a imigração (MARTINS, 1996).

Tal situação reforça a importância do elemento estrangeiro na evolução socioeconômica de S. J. Rio Preto e contorna provável explicação para o grande direcionamento do foco imigratório para as novas regiões do Estado. Porém, são necessárias algumas ponderações acerca dos rendimentos totais estabelecidos pelo contrato de colono.

Principal forma de organização do trabalho nos cafezais paulistas desde fins da década de 1880 até a de 1930, o contrato de colono é descrito por Holloway com rendimentos que incluíam a combinação de salários em dinheiro e gratificações não monetárias. Os salários em dinheiro vinham de três fontes diversas: recebia-se pelo trato do café durante o ano⁹, pela colheita e por trabalhos ocasionais, estes em menor quantidade. Compunham ainda os recebimentos do colono, as fontes de receita não monetárias: que eram moradia, e o empréstimo de terra cultivável, sendo as últimas difíceis de se quantificar¹⁰(HOLLOWAY, 1984, p. 117/122).

No que se refere ao salário em dinheiro, o montante recebido pelo trato do cafeeiro – em média metade dos rendimentos do colono – não tinham relação direta com a quantidade de café que esses arbustos produzissem, nem com o preço final que o fazendeiro conseguisse por seu café.

Porém, a colheita, que constituía em importância a segunda fonte de renda em dinheiro recebida pelo colono, estava relacionada à quantidade de café colhido. Esta porção da receita familiar, ao contrário da porção do trato, oscilava muito de ano para ano, devido às amplas variações anuais na produção por cafeeiro, não sendo incomum as colheitas flutuarem 100% de um ano para outro. No contexto regional, a colheita era mais lucrativa para o colono em terra nova e com alta média de produção por pé, ainda que o custo por unidade para o fazendeiro pudesse ter sido o mesmo. Este era um dos vários fatores que atraíam trabalhadores para a fronteira (HOLLOWAY, 1984, p. 118).

Toma-se como exemplo, comentário sobre a agricultura da Comarca de Rio Preto no *Álbum de 1929* de CAVALHEIRO (1929):

⁹ “Os colonos têm obrigação de eliminar as más ervas que os invadem e, a partir de fevereiro, devem ajuntar na base dos arbustos os galhos, folhas e frutos caídos e apodrecidos que cobrem o chão. Essa será a tarefa essencial até abril, visando manter a terra nua e limpa sobre a galharia, onde já aparecem alguns frutos maduros, que se estragariam ao cair sobre restos vegetais”. (MOMBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo. Op. cit., p. 52*).

¹⁰ Martins define o colonato como relações trabalhistas onde existe uma combinação de três elementos: um pagamento fixo pelo trato do cafezal, um pagamento proporcional pela quantidade de café colhido e produção direta de alimentos como meio de vida e como excedentes comercializáveis pelo próprio trabalhador. (MARTINS, 1996, p. 19).

Um colono italiano, homem probo, economico e sem vícios, trabalhou por mais de 10 annos, em fazenda de óptima zona cafeeira, do Esado, só conseguindo amealhar nesse longo espaço de tempo, a magrissima economia de 3:000\$000. Mudando-se para aqui, onde se colocou numa fazenda vizinha à cidade, percebeu, na colheita do 1.º anno, a bem sofríve aconomia de 5:000\$000!

Além disso, também nas receitas não monetárias, as zonas novas de produção se mostravam atraentes ao colono; a prática de lhes fornecer terras cultiváveis demonstrava-se principalmente bem aceita, tornando-se, talvez, condição principal nas negociações entre os fazendeiros e os trabalhadores.

Nessa terra, os colonos cultivavam sua própria comida, principalmente milho e feijão, mas que às vezes incluía arroz, batata, bem como outros cultivos. Junto com a permissão de plantar alimentos vinha a concessão de pastagens para um limitado número de cabeças de gado, havendo ainda o plantio de hortaliças e a criação de galinhas e porcos nos arredores de suas casas. Podiam ficar com os produtos e negociar qualquer excedente, o que, em muitos casos, proporcionava uma importante fonte adicional de dinheiro.

O fazendeiro extraía primeiramente o tempo de trabalho excedente, definindo a prioridade do cafezal como objetivo de trabalho do colono; somente depois da extração do trabalho excedente é que cabia ao colono dedicar-se ao trabalho necessário à sua reprodução como trabalhador. Dessa forma, a produção de gêneros para si mesmo e a produção de excedente introduzia a fartura na casa do colono, que ele imediatamente contrapunha à fome e à miséria que sofrera no país de origem (MARTINS, 1996, p. 86).

No início da *Grande Imigração*, nenhum proprietário se opunha a que o imigrante se dedicasse ao cultivo de gêneros, que seriam intercalados entre os cafeeiros. No entanto, em princípios do século XX, tendo diminuído o preço do café devido à crise ocorrida no mercado, os fazendeiros passaram a se preocupar mais com a conservação do solo e a salvaguarda de seus rendimentos.

Houve então proprietários que começaram a não mais admitir a cultura intercalada, alegando que o cultivo de cereais entre os cafeeiros prejudicava a produção do café. Foi, no entanto, somente a partir de 1915 e especialmente de 1915 a 1925, que os agrônomos começaram a se preocupar seriamente com a degenerescência da terra 'roxa', e as publicações oficiais começaram a emitir recomendações aos plantadores (HUTTER, 1986, p. 107).

A expansão do café elevou a necessidade de mão-de-obra, mas os fazendeiros que continuavam a abrir novos cafezais podiam fazer concessões vantajosas de cultura intercalar para atrair os colonos necessários. Por meio desse processo, os trabalhadores eram tirados das fazendas menores e das áreas mais antigas, onde boa parte da boa terra para o café tinha sido ocupada. Ao analisar tal situação, Holloway escreve que:

(...) a conclusão inevitável a partir dessas considerações é que havia grande mobilidade geográfica na força de trabalho rural. De outra forma as fazendas de café não teriam continuado a absorver centenas de milhares de trabalhadores que passaram pela Hospedaria no correr dos anos. Os trabalhadores circulavam em áreas locais, iam de zonas mais velhas, estagnadas, para a fronteira em expansão, e abandonavam as fazendas para se tornar trabalhadores independentes, morar nas cidades ou retornar a sua terra natal.”(HOLLOWAY, 1984, p. 107).

A importância das culturas intercalares era refletida na produção local de cereais, uma vez que, ainda que em valores bem inferiores aos do cultivo do café, constituía importante parte da produção agrícola municipal. Tomemos o exemplo da produção do milho em 1927, em texto do engenheiro civil Edurado Campoó, para o *Álbum de 1929*:

“Esta é outro producto explorado em grande escala por toda a zona, com esplendidos resultados. A nossa exportação não deixa de o incluir entre os factores de maior preponderância, tendo cooperado grandemente para a abundancia em que vivem relativamente seus cultores, que são sempre em regra geral, os colonos”.(CAMPOÓ, E. Relatório Geográfico da Comarca de Rio Preto. In CAVALHEIRO, 1929, s/n).

Fica claro que as zonas novas de produção, com abundância de terras a bons preços, tornavam-se a saída para os cafeicultores e, devido às melhores condições de ganho, local preferido dos colonos no início do século XX, o que explica o redirecionamento do foco de atração de imigrantes e o rápido incremento da população estrangeira da antiga Rio Preto. Para referência da importância de tais vantagens, Holloway calculou que cerca de 70% da receita de uma família de colonos eram recebidos sob a forma de moradia, terra para plantio de alimentos e privilégios de pastagem (HOLLOWAY, 1984, p. 126).

Pierre Mombeig (1984), ao descrever a situação escreve que não provém exclusivamente dos salários a atração das zonas novas sobre os colonos, más também, e talvez ainda mais, das condições gerais dos contratos e particularmente das possibilidades de praticarem culturas intercalares. O contrato de serviço fixa a soma que o imigrante, tomado como colono, deve receber para cuidar de 1.000 pés de café, bem como o salário

que lhe será pago por jornada suplementar de trabalho e cujo número em geral consta de documento oficial.

Além disso, indica o contrato que o colono está autorizado a fazer culturas intercalares de víveres, ou que certa superfície de terra, afastada do cafezal, é-lhe reservada, para que dela disponha livremente. Mais frequentemente, é o primeiro tipo de contrato nas plantações recentes, pois enquanto os arbustos não atingem pleno desenvolvimento, o tratamento das culturas intercalares não ameaça estragar os ramos, e o solo, ainda fresco, pode suportar essa espécie de policultura. São prejudiciais as culturas intercalares, numa plantação já bem formada. (MOMBEIG, 1984, p. 157).

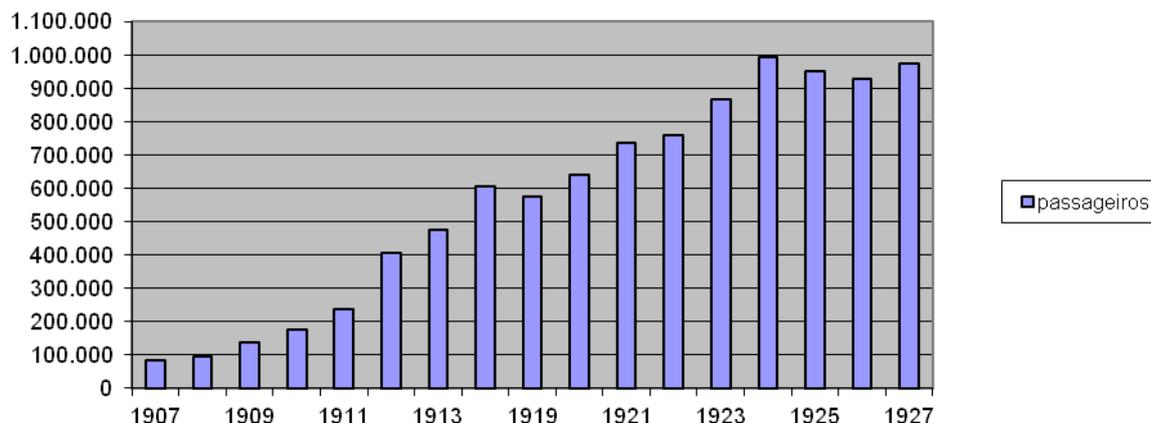
Portanto o grande crescimento do município deve-se em grande parte à vinda de trabalhadores imigrantes e nacionais, seja de colonos assalariados, comerciantes e proprietários, cada qual a sua maneira ligados ao complexo cafeeiro. Em 1920, Rio Preto foi o segundo município para onde mais se enviaram imigrantes diretamente da Hospedaria, com um total de 2.407 indivíduos, perdendo apenas para Ribeirão Preto, que recebera naquele ano 2.791 trabalhadores¹¹.

A concentração populacional e a entrada de imigrantes não significam apenas concentração de imigrantes, mas sim um grau de divisão do trabalho e reprodução de acumulação, já que sistema urbano e o processo de urbanização são a forma física concreta como se organizou a divisão social do trabalho em que se assentou a estruturação e desenvolvimento do complexo cafeeiro¹².

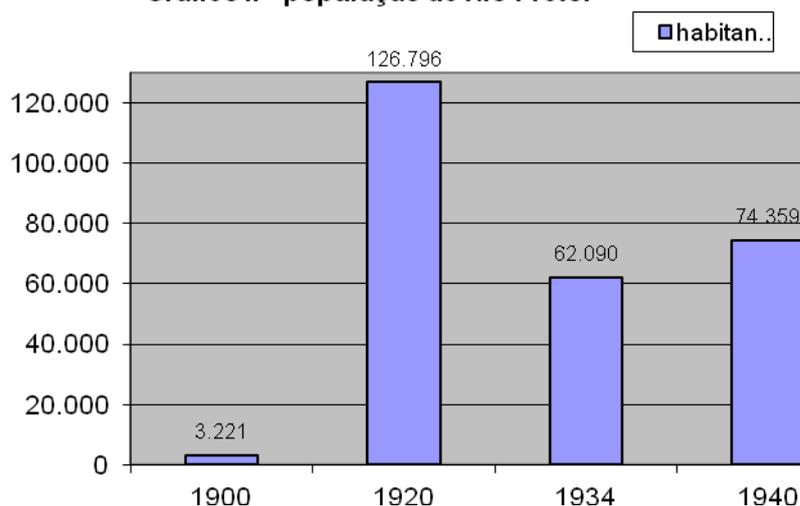
O rápido crescimento populacional e de produção de café apresentados pela região Araraquarense e S. J. do Rio Preto desde sua incorporação ao sistema exportador cafeeiro remete-nos a um aumento constante nos níveis de chegada de mão - de - obra, nacional e estrangeira, dado que é confirmado quando observado o considerável aumento no movimento de passageiros da companhia ferroviária que servia a cidade, a *Estrada de Ferro Araraquara (EFA)*.

¹¹ Os dados foram extraídos do *Anuário Estatístico do Estado de São Paulo para o ano de 1920*. p. 62.

¹² “Em termos econômicos, o colono eram um assalariado, um lavrador de subsistência, um produtor e negociante de mercadorias agrícolas, e também um consumidor”. HOLLOWAY, 1984, p. 126.

Gráfico I - transporte de passageiros pela EFA

Fonte: *Relatórios de Exercícios EFA.*

Gráfico II - população de Rio Preto.

Fonte: CAMARGO, J. F. *Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos. Op. cit.*

Os números do crescimento populacional apresentado pelo município são impressionantes e contornam um esboço da intensidade do movimento populacional nessas regiões no período; a então incipiente Rio Preto que contava com pouco mais de três mil almas em 1900, têm em 1920 a impressionante marca de 126.800 habitantes.

O crescimento apresentado remete-se não apenas à concentração populacional do próprio núcleo urbano, que aumentou em altos níveis, mas também de outros núcleos urbanos próximos, que apresentavam o mesmo alto índice de desenvolvimento, e para os quais a cidade representava o centro de uma série de atividades vitais. Ressalta-se também

sua qualidade como “boca do sertão”, servindo de apoio para a exploração de novas terras, apoiando o prosseguimento do ciclo do café.

Em 1934, Rio Preto conta com 62.090 habitantes, o que remete-nos ao intenso crescimento apresentado pelos outros núcleos populacionais próximos e aos desmembramentos por que passou até a década de 1920, com a criação de vários municípios. Em 1940, apresenta uma população de 74.359 pessoas, o que demonstra a continuidade desse crescimento.

A grande concentração de estrangeiros na estrutura populacional da região – a Araraquarense tinha, em 1920, 22% de sua população constituída de estrangeiros, 22 mil apenas em São José do Rio Preto, que já abriga, em 1934, uma população de quase 40 mil imigrantes – aliada às novas condições de trabalho oferecidas pela economia cafeeira (salário), faz com que o elemento estrangeiro se transforme em um dos principais agentes urbanos do período, uma vez que boa parcela da população que se dirigia para as novas áreas era constituída de trabalhadores que rumavam para as cidades, além da grande maioria de trabalhadores do campo, que constituíam importante mercado consumidor de produtos e importante reforço na pequena produção de gêneros alimentícios.

REFERÊNCIAS

- ANDREWS, G. R. *Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru: Edusc, 1998.
- BEIGUELMAN, P. *A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos*. São Paulo, 1978.
- CAMARGO, José Francisco de. *Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*. Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP. São Paulo, 1952, v. 1 e 2.
- CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial de São Paulo*. São Paulo: Ed. Difel, 1977.
- FAUSTO, B. *História geral da civilização brasileira*. T. III, vol. 2 São Paulo: Difel, 1978
- HOLANDA, S. B. *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: t. 2, vol. 3, 1976.
- HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o café*. Rio de Janeiro, ed. Paz e Terra, 1984. (Coleção Estudos Brasileiros, v. 71).

HUGON, Paul. *Demografia brasileira*. São Paulo: Ed. Atlas/EDUSP, 1973.

HUTTER, Lucy Maffei. *Imigração italiana em São Paulo (1880-1889)*. São Paulo: IEB-USP, 1972

_____. *Imigração Italiana em São Paulo de 1902 a 1914: O processo imigratório*. São Paulo: IEB/USP, 1986.

MOMBEIG, Pierre. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. São Paulo, Hucitec/ Polis, 1984.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: HUCITEC. 1996.

PRADO JUNIOR, C. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1967.

PETRONE, Maria Tereza Schorer. **Imigração** in FAUSTO, B. *História Geral da Civilização Brasileira*. TOMO III (O Brasil Republicano), 2º volume, cap.III. Difel, 2ª ed. São Paulo, 1978.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2.ª ed. 1977.